Altera dispositivos da Lei Complementar nº 70, de 26 de dezembro de 2001, que Dispõe sobre o Sistema Tributário do Município de Sarandi "Código Tributário" e dá outras providências.

A CÂMARA MUNICIPAL DE SARANDI, Estado do Paraná, aprova e eu, CARLOS ALBERTO DE PAULA JUNIOR, Prefeito Municipal, , sanciono a seguinte Lei, de autoria do Poder Executivo Municipal:

Art. 1º Fica alterado o ANEXO I da Lei Complementar nº 070, de 26 de dezembro de 2001, conforme o ANEXO I desta Lei.

Art. 2º Fica fixado o percentual de 5,13 % (cinco vírgula treze por cento) para correção das taxas e impostos para o exercício do ano de 2026 no Município de Sarandi – Pr, em conformidade com os §§ 3º e 4º do Art. 301 da Lei Complementar nº 070 de 26 de dezembro de 2001.

Art. 3º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação, com efeito a partir de 01 de janeiro de 2026.

Paço Municipal, 15 de setembro de 2025

Carlos Aberto de Paula Junior

**Prefeito Municipal** 





### ANEXO I ALÍQUOTAS E VALORES DOS TRIBUTOS E MULTAS MUNICIPAIS

ALÍQUOTAS PARA COBRANÇA DO IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS DE QUALQUER NATUREZA – ISSQN.				
% 50	% sobre o preço	Valor fixo	Valor fixo	
ATIVIDADES CONSTANTES NA LISTA DE SERVIÇOS	do serviço	anual em Reais	mensal em	
	,	(R\$)	Reais (R\$)	
Trabalho pessoal do profissional autônomo de nível Superior		1.315,66	263,12	
Trabalho pessoal do profissional autônomo de nível técnico e médio	3	780,22	156,01	
Trabalho pessoal dos demais profissionais autônomos	3	116,89	23,42	
Hospitais veterinários, clínicas veterinárias e congêneres.	5			
Instituições Financeiras Autorizadas a Funcionar pelo Banco Central.	5			
Diversões públicas, motéis e hotéis.	5			
Barbeiros, manicuros, pedicuros, tratamento de pele, depilação e congêneres.	3	344,60	75,48	
Exploração de Rodovias mediante concessão e serviços de recuperação das mesmas tais como: Roçada, recapagem, pintura, instalação de passarelas etc.	5			

ALÍQUOTAS PARA COBRANÇA DO IMPOSTO PREDIAL E TERRITORIAL URBANO – IPTU.		
IMPOSTO % sobre o Valor Venal		
Edificado	0,11	

Página 2 de 30

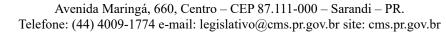


Não Edi	ficado		0,13
A	LÍQUOTAS PROGRESSIVAS PARA COBRANÇA DO IMPOST	O PREDIAL E TERRITOR	IAL URBANO
	INCIDENTES SOBRE IMÓVEIS NÃO	EDIFICADOS.	
Ord.	DISCRIMINAÇÃO	% sobre o Valor Venal	Período
1	Imposto Territorial Urbano	1	Até 01 ano
2	Imposto Territorial Urbano	2	Até 02 anos
3	Imposto Territorial Urbano	3	Até 03 anos
4	4 Imposto Territorial Urbano 4 At		Até 04 anos
5	5 Imposto Territorial Urbano 5 Até		Até 05 anos
4			
	JOTAS PARA COBRANÇA DA TAXA DE LICENÇA PARA LOC		
DE	FUNCIONAMENTO DE ESTABELECIMENTOS DE PRODUÇ		RIA, PRESTAÇÃO
	DE SERVIÇOS E OUTR		
	DISCRIMINAÇÃO		
ATIVID	ADES ECONÔMICAS LOCALIZADAS NO MUNICÍPIO		
			Valor fixo
Item	Descrição		em Reais
	= 55077}40		(R\$) anual

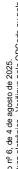




1.1	Até 50 m <sup>2</sup>	1,98 por m <sup>2</sup>
1.2	De 51 a 100 m <sup>2</sup>	2,52 por m <sup>2</sup>
1.3	De 101 a 250 m <sup>2</sup>	2,70 por m <sup>2</sup>
1.4	De 251 a 500 m <sup>2</sup>	2,73 por m <sup>2</sup>
1.5	De 501 a 1000 m <sup>2</sup>	3,09 por m <sup>2</sup>
1.6	Acima de 1000 m <sup>2</sup>	3,30 por m <sup>2</sup>
1.7	Clubes sociais, recreativos, jardins zoológicos, atividades extrativa.	2,79 por m <sup>2</sup>
1.8	Entidades de classe, sindicatos, fundações e empresas públicas.	1,98 por m <sup>2</sup>
1.9	Taxa mínima.	100,42
EXCL	USIVA POR ATIVIDADE	
	HOTÉIS	
Ta		Valor fixo
Item	Descrição	em Reais (R\$) anual
2.1.1	Quartos e dependências por unidade	24,60
2.1.2	Apartamentos por unidade	34,90
2.1.3	Suítes por unidade	61,91









	MOTÉIS E BOATES			
Item	Descrição	em 1	r fixo Reais anual	
2.2.1	Quartos e dependências por unidade	37	7,20	
2.2.2	Apartamentos por unidade	52	2,43	
2.2.3	Suítes por unidade	93	3,50	
2.3	Instituições Financeiras Autorizadas a Funcionar pelo Banco Central.		2 por n <sup>2</sup>	
RELAT	TIVA AO FUNCIONAMENTO DE QUALQUER ESTABELECIMENTO E	M HORÁRIO ESPECIAL		
Item	Descrição	em 1	r fixo Reais anual	
1.1	Das 18:00 as 22:00 horas	10	4,43	
1.2	Além das 22:00 horas	15	7,39	
1.3	Aos Domingos e feriados	20	9,05	
OBS.: A concessão desta licença será feita para os dias e as atividades previstas na Lei.				
ALÍQUOTAS PARA COBRANÇA DA TAXA DE LICENÇA RELATIVA AO COMÉRCIO EVENTUAL OU AMBULANTE.				
	DISCRIMINAÇÃO Valor fixo em Reais (R\$)			

Página 5 de 30





	Até 30 dias ou fração	Anual
Ambulante vendedor com carrinho manual	43,87	124,20
Ambulante vendedor com veículo de tração animal	65,95	186,02
Ambulante vendedor com veículo automotor	98,72	489,33
Demais comércio, desde que devidamente autorizados	152,25	356,80

# ALÍQUOTAS PARA COBRANÇA DA TAXA DE PUBLICIDADE REFERENTE A ANÚNCIOS LOCALIZADOS NOS ESTABELECIMENTOS E RELACIONADOS COM AS ATIVIDADES NELES EXERCIDAS.

TIPO DE ANÚNCIO  1 Anúncio não luminosos e nem luminado:		Valor fixo em Reais (R\$) p/ unidade anual
1.1	Próprio – m <sup>2</sup> ou fração	21,18
1.2	Só de terceiro ou próprio de Terceiro	42,37
2	Anúncios luminoso ou luminado:	
2.1	Próprio – m <sup>2</sup> ou fração	31,52
2.2	Só de terceiro ou próprio de Terceiro	63,71

### OBS.:

- 1. O anúncio próprio é aquele relativo tão somente ao estabelecimento, às atividades nele exercidas ou ao seu proprietário.
- 2. A taxa incide, neste caso, uma única vez por exercício, Independentemente da quantidade de anúncios, calculandose seu montante em razão do item que conduza à taxa unitária de maior valor.





# ALÍQUOTAS PARA COBRANÇA DA TAXA DE PUBLICIDADE REFERENTE A ANÚNCIOS LUMINOSOS OU ILUMINADOS NÃO LOCALIZADOS NOS ESTABELECIMENTOS.

	Valor fixo em Reais (R\$) p/ unidade anua		
TIPO DE ANÚNCIO	Até 5 m <sup>2</sup>	+ de 5 a 20 m <sup>2</sup>	+ de 20 m <sup>2</sup>
Com programação que permita apresentação de múltiplas mensagens	542,29	945,00	1.432,90
Animado (com mudança de cor, desenho ou dizeres, mediante jogos de luzes ou luz intermitente) e/ ou com movimento	187,78	802,93	420,,41
Inanimado e sem movimento	141,26	209,05	283,15

### OBS.: INCLUEM-SE TAMBÉM NESTA TABELA OS SEGUINTES ANÚNCIOS:

- 1. Existentes nos estabelecimentos, mas que não tenham relação com as atividades desenvolvimentos onde se localizam;
- 2. Veiculados em áreas comuns ou condominiais;
- 3. Expostos em locais de embarque e desembarque de passageiros;
- 4. Exibidos em centros comerciais ou assemelhados.

# ALÍQUOTAS PARA COBRANÇA DA TAXA DE PUBLICIDADE REFERENTE A ANÚNCIOS NÃO LUMINOSOS E NEM ILUMINADOS NÃO LOCALIZADOS NOS ESTABELECIMENTOS.

Valor fixo em Reais (R\$) p/ unidade anual



TIPO DE ANÚNCIO	Até 10 m <sup>2</sup>	+ de 10 a 30 m <sup>2</sup>	+ de 30 m <sup>2</sup>
Com movimento	187,72	282,03	420,41
Sem movimento	141,26	99,45	283,15

### OBS.: INCLUEM-SE TAMBÉM NESTA TABELA OS SEGUINTES ANÚNCIOS:

- a) Existentes nos estabelecimentos, mas que não tenham relação com as atividades desenvolvimentos onde se localizam;
- b) Veiculados em áreas comuns ou condominiais;
- c) Expostos em locais de embarque e desembarque de passageiros;
- d) Exibidos em centros comerciais ou assemelhados.

# ALÍQUOTAS PARA COBRANÇA DA TAXA DE LICENÇA DE PUBLICIDADE REFERENTE A ANÚNCIOS EM QUADROS PRÓPRIOS PARA AFIXAÇÃO DE CARTAZES MURAIS (OUTDOORS) NÃO LOCALIZADOS NOS ESTABELECIMENTOS.

TIPO DE ANÚNCIO	PERÍODO DE INCIDÊNCIA	Valor fixo em Reais (R\$) por m <sup>2</sup>	
		Até 10 m <sup>2</sup>	+ de 10 m <sup>2</sup>
Iluminado	Trimestral	28,02	45,52
Não iluminado	Anual	18,79	28,02



### OBS.: INCLUEM-SE TAMBÉM NESTA TABELA OS SEGUINTES ANÚNCIOS:

- a) Existentes nos estabelecimentos, mas que não tenham relação com as atividades desenvolvimentos onde se localizam;
- b) Veiculados em áreas comuns ou condominiais;
- c) Expostos em locais de embarque e desembarque de passageiros;
- d) Exibidos em centros comerciais ou assemelhados.

### ALÍQUOTAS PARA COBRANÇA DA TAXA DE PUBLICIDADE REFERENTE A ANÚNCIOS DIVERSOS NÃO LOCALIZADOS NOS ESTABELECIMENTOS.

TIPO DE ANÚNCIO		PERÍODO DE		
1.	Produtos e artigos com ou sem inscrições utilizados como meio de propaganda ou serviços.	INCIDÊNCIA	Valor fixo em Reais (R\$)	
1.1	Iluminados	Anual	188,22 por unidade	
1.2	Não iluminados	Anual	142,96 por unidade	
1.3	Quadros-negros, Quadros de avisos, inclusive quadros móveis transportados por pessoas	Mensal	9,39 por unidade	
1.4	Anúncios provisórios, com prazo de exposição inferior a sessenta dias	Mensal	9,39 por unidade	
2.	Anúncios internos ou externos, fixos ou removíveis, em veículos de transporte de pessoas ou passageiros e de carga.			
2.1	Anúncios luminosos ou iluminados	Anual	75,15 por veículo	



2.2	Anúncios não iluminados	Anual	43,44 por veículo
2.3	Anúncios em veículos destinados exclusivamente à publicidade	Anual	142,96 por veículo
2.4	Anúncios por meio de projeções luminosos	Anual	283,15 por tela
2.5	Anúncios por meio de filmes	Anual	283,15 por tela
2.6	Publicidade por meio de circuito interno de televisão	Anual	438,50 por canal
3.	Anúncios por sistemas aéreos.		
3.1	Em aviões, helicópteros e assemelhados	Trimestral	188,95 por aparelho
3.2	Em planadores, asas-delta e assemelhados.	Trimestral	188,95 por aparelho
3.3	Em balões	Trimestral	93,48 por balão
3.4	Mediante utilização de raio lazer	Trimestral	469,32 por equipamento
4.	Mostruários não localizados no estabelecimento.		
4.1	Iluminados	Anual	188,95 por unidade
4.2	Não iluminados	Anual	141,81 por unidade
4.3	Pinturas, adesivos, letras ou desenhos autocolantes aplicados em mobiliários em geral (mesas, cadeiras, balcões, etc.)	Anual	9,39 por unidade
5.	Anúncios afixados em postes nas vias públicas.		
5.1	Não luminosos nem iluminados	Anual	14,02



Luminosos ou iluminados	Anual	28,02
Anúncios acoplados a relógios e/ou termômetros.		
Não luminosos nem iluminados	Anual	75,58 por unidade
Luminosos ou iluminados	Anual	100,50 por unidade
Anúncios em folhetos ou programas.		
Impressos em qualquer material e distribuídos por qualquer		
meio	Anual	28,57 por milheiro
Outros tipos de publicidade por quaisquer meios não		
	Anual	188,95 por espécie
	Não luminosos nem iluminados Luminosos ou iluminados Anúncios em folhetos ou programas. Impressos em qualquer material e distribuídos por qualquer	Anúncios acoplados a relógios e/ou termômetros.  Não luminosos nem iluminados  Luminosos ou iluminados  Anúncios em folhetos ou programas.  Impressos em qualquer material e distribuídos por qualquer meio  Anual  Outros tipos de publicidade por quaisquer meios não

### OBS.: INCLUEM-SE TAMBÉM NESTA TABELA OS SEGUINTES ANÚNCIOS:

- I. Existentes nos estabelecimentos, mas que não tenham relação com as atividades desenvolvimentos onde se localizam;
- II. Veiculados em áreas comuns ou condominiais;
- III. Expostos em locais de embarque e desembarque de passageiros;
- IV. Exibidos em centros comerciais ou assemelhados.

# ALÍQUOTAS PARA COBRANÇA DA TAXA DE FISCALIZAÇÃO PARA OCUPAÇÃO DE ÁREAS EM VIAS E LOGRADOUROS PÚBLICOS E EM LOCAIS PRIVADOS.

DISCRIMINAÇÃO	PERÍODO DE INCIDÊNCIA	Valor fixo em Reais (R\$)
Poste de rede elétrica e outros	Anual	56,54 por unidade
Veículo de aluguel de tração animal	Anual	38,36 por unidade







Veículo de aluguel automotor (motocicletas)	Anual	58,26 por unidade
Veículo de aluguel automotor (automóveis)	Anual	70,49 por unidade
Veículo de aluguel automotor (Kombi, vans)	Anual	94,15 por unidade
Bancas de feira livre	Anual	13,29 por m <sup>2</sup>
Bancas na feira do produtor	Anual	13,29 por m <sup>2</sup>
Outras ocupações	Anual	94,15 por m <sup>2</sup>
Outras ocupações	Mensal	58,24 por m <sup>2</sup>

### ALÍQUOTAS PARA COBRANÇA DA TAXA DE EXPEDIENTE

1 – TAXA DE EXPEDIENTE	Valor fixo em Reais (R\$)
1.1 Protocolização de documentos de qualquer espécie	(isento)
1.2 Expedição, transferência, anotações de baixa de Alvará de Licença de qualquer espécie	28,62
1.3 Requerimento	17,13
1.4 Atestados e Certidões	
1.4.1 Negativa de tributos	22,88
1.4.2 Certidões de construções	28,63
1.4.3 Atestados, declarações e outras anotações de qualquer natureza	28,63
1.4.4 Certidão de inteiro teor ou outras certidões	28,63
1.5 Busca em papéis, livros e documentos no arquivo municipal	



1.5.1 Busca por ano	17,03	
1.5.2 Busca por folha	5,63	
1.6 Fotocópias por folha	0,50	
1.7.1 Emitidos por processos eletrônicos e por jogo de guia.	21,16	
1.8 Permissão a título precário, para a exploração de serviços ou atividades	28,62	
1.9 Concessão ou cessão de privilégios para a exploração de serviços autorizados em Lei Municipal sobre o valor arbitrado de concessão ou privilégio	45,87	
1.10 Taxa de avaliação do I.T.B.I.	11,35	
1.11 Fornecimento de 2ªs vias de alvará de licença para localização	57,40	
1.12 Fornecimento de 1ª via de alvará, visto de conclusão e habite-se	28,63	
1.13 Fornecimento de 2ªs vias de alvará, visto de conclusão e habite-se	57,41	
1.14 Fornecimento de cópias heliográficas ou fotocópias de plantas, mapas,	Tamanho 1,70X0,90	86,09
diagramas, etc.	Excedente por m <sup>2</sup>	34,38
1.15 Alvará de construção quando solicitado em separado, rebaixamento de meio-fio, tapume e assemelhados.	57,40	
1.16 Autenticação de projetos de construção, por folha	9,45	
1.17 Fornecimento de projetos populares	206,83	
1.18 Outros atos, não especificados nesta tabela e que dependem de anotação, vistorias, decretos, portarias, etc., por ato	28,63	







ALÍQUOTAS PARA COBRANÇA DA TAXA DE SERVIÇOS DIVERSOS	
I – TAXA DE EXPEDIENTE	Valor fixo em Reais (R\$
.1 Apreensão de bens móveis ou semoventes	
1.1.1 Apreensão por espécie ou unidade	126,55
1.1.2 Depósito por dia ou fração de bens apreendidos	105,42
1.1.3 Matrículas de animais, com especificação de gênero, raça, nome, sexo, cor, pelos e outros sinais característicos por unidade	63,24
2 – TAXA DE EMPLACAMENTOS DE VEÍCULOS	
2.1 Emplacamento de veículos de tração animal	66,52
2.2 Emplacamento de outros veículos	28,63
B – ALINHAMENTO E NIVELAMENTO	
3.1 Serviços técnicos ou topográficos por metro linear	2,33
I – LIMPEZA DE TERRENOS	
4.1 Roçada em terrenos m <sup>2</sup>	2,38
1.2 Limpeza de terrenos por m <sup>2</sup>	14,29





# ALÍQUOTAS PARA COBRANÇA DA TAXA DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA DE ESTABELECIMENTOS DE PRODUÇÃO, COMÉRCIO, INDÚSTRIA, PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS E OUTROS

- 1 PROJETOS DE CONSTRUÇÕES
- 1.1 Os projetos da primeira construção de até 40 m<sup>2</sup>, de cada imóvel são isentos.
- 1.2 Demais, R\$ 1,79 por m<sup>2</sup> de construção projetada.
- 2 ESTABELECIMENTOS COMERCIAIS, INDUSTRIAIS E DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS.
- 2.1 De área construída com até 50 m<sup>2</sup>, taxa mínima de R\$ 89,50
- 2.2 De área construída acima de 50 m<sup>2</sup>, a taxa mínima mais R\$ 0,86 por m<sup>2</sup>, que exceder a 50 m<sup>2</sup>.

#### OBS.:

- 1) A taxa nas incidências contidas no item 1, será cobrada por ocasião da aprovação do projeto.
- 2) A taxa nas incidências contidas no item 2, será cobrada por ocasião do licenciamento do estabelecimento e renovado a cada exercício.

### 3 – ABATE DE ANIMAIS

o libilie belik (ki/ki ki)	
3.1 POR CABEÇA	Valor fixo em Reais (R\$)
3.1.1 Bovinos	40,14
3.1.2 Ovino	40,14
3.1.3 Caprino	40,14
3.1.4 Suíno	40,14
3.1.5 Aves	0,19

NOTA: Nos abates de animais feitos fora do Matadouro Municipal, caberá ao contribuinte transportar o servidor incumbido de fazer a inspeção do animal ou animais e respectivo abate.

becreto nº 6, de 4 de agosto de 2025. Assinatura eletrônica - Verifique pelo QRCode ou pelo link https://sarandi.eloweb.net/protocolo/consulta-aute





MULTAS RELATIVAS A INFRAÇÕES DE ACORDO	COM O CÓDIC	GO TRIBUTÁRIO MUNICIPAL
OCORRÊNCIA	%	Valor fixo em Reais (R\$)
ART. 118 – INCISO I Quando não for promovida a inscrição ou sua alteração na forma e prazo determinados ou quando o contribuinte obstar a fiscalização, a vistoria ou o recadastramento promovidos pelo fisco.	1% do valor venal do imóvel	-
ART. 118 – INCISO II  Quando houver erro, omissão ou falsidade nos dados que possam alterar a base de cálculo do imposto.	2% do valor venal do imóvel	-
ART. 127 – INCISO I Na prática de qualquer ato de transmissão de bens e/ou direitos sem o pagamento do imposto nos prazos legais.	50% do valor do imposto devido.	-
ART. 127 – INCISO II  Quando este não for inferior a R\$ 200,00 (duzentos reais) e caso ocorra omissão ou inexatidão fraudulenta de declaração relativa a elementos que possam influir no cálculo do imposto ou que resultem na não incidência, isenção ou suspensão de pagamento.	250% do valor do imposto	-





ART. 127 – INCISO III Caso ocorra omissão ou inexatidão fraudulenta de declaração relativa a elementos que possam influir no cálculo do imposto ou que resultem na não incidência, isenção ou suspensão de pagamento mas não fique caracterizada a intenção fraudulenta-	-	610,93
ART. 185 – INCISO I – LETRA A  Confecção para si ou para terceiro, bem como encomenda para confecção, de falso impresso de documento fiscal, de impresso de documento fiscal em duplicidade, ou de impresso de documento fiscal sem autorização fiscal, multa por documento impresso, aplicável ao contribuinte e ao estabelecimento gráfico.	-	11,96
ART. 185 – INCISO I – LETRA B Falta do número de inscrição do cadastro de prestadores de serviços em documentos fiscais: por autorização, aplicável também ao estabelecimento gráfico.	-	611,63
1. ART. 185 – INCISO I – LETRA C Fornecimento e utilização de falso impresso de documento fiscal ou de impresso de documento fiscal que indicar estabelecimento gráfico diverso do que tiver confeccionado, aplicável também ao estabelecimento gráfico.	-	1.173,09





2. ART. 185 – INCISO I – LETRA D Confecção, para si ou para terceiro, de impresso de documento fiscal, em desacordo com modelos exigidos em regulamento; aplicável ao estabelecimento gráfico.	-	611,62
ART. 185 – INCISO I – LETRA E Não entrega da Relação de Impressão dos Documentos Fiscais prevista em regulamento.	-	1.053,02
ART. 185 – INCISO II – LETRA A Falta de inscrição no Cadastro Mobiliário de Contribuinte.	-	610,93
ART. 185 – INCISO II – LETRA B Falta de solicitação de alteração no Cadastro Mobiliário de Contribuintes, quanto a venda ou alteração de endereço, ou atividade.	-	427,96
ART. 185 – INCISO II – LETRA C Encerramento ou paralisação do ramo de atividade, fora do prazo previsto em regulamento, no caso de pessoa física estabelecida.	-	178,99
ART. 185 – INCISO II – LETRA D Encerramento ou paralisação do ramo de atividade, fora do prazo previsto em regulamento, no caso de pessoa jurídica	-	917,44
ART. 185 – INCISO III – LETRA A Inexistência de livros ou documentos fiscais.	-	754,45





ART. 185 – INCISO III – LETRA B Pelo atraso ou a falta de escrituração dos documentos fiscais, ainda que isentos, imune ou não tributáveis.	-	135,86
RT. 185 – INCISO III – LETRA C Utilização de documento fiscal em desacordo com o regulamento.	-	305,54
ART. 185 - INCISO III - LETRA E Deixar de comunicar, no prazo de 60 (sessenta) dias, ao  órgão fazendário a ocorrência de inutilização, furto ou  extravio de livro ou documento fiscal.	-	611,63
ART. 185 – INCISO III – LETRA F Deixar de apresentar quaisquer declarações ou documentos a que esteja obrigado por lei ou o fizer com dados inexatos.	-	916,88
ART. 185 – INCISO III – LETRA G Não atendimento à notificação fiscal, sonegação ou recusa na exibição de livros e outros documentos fiscais.	1	1.217,90
ART. 185 – INCISO III – LETRA H Falta ou recusa na exibição de informações ou de documentos fiscais de serviços prestados por terceiros.	1	1.207,39
ART. 185 - INCISO IV - LETRA C Falta de retenção do imposto devido, quando exigido este procedimento.	-	611,63



ART. 185 – INCISO V – LETRA A		4 0.52 0.0	
Por embaraçar ou impedir a ação fiscal.	-	1.053,02	
ART. 185 – INCISO V – LETRA B			
Aos que infringirem a legislação tributária e para a qual	_	1.053,30	
não haja penalidade específica nesta lei.			
,		~	
ALÍQUOTAS PARA COBRANÇA DA TAXA DE LICENÇA RI			
ARRUAMENTOS E L	OTEAMENTO	S	
ESPECIFICAÇÕES		Valor fixo em Reais (R\$)	
1 – EDIFICAÇÕES RESIDENCIAIS EM MADEIRA			
1.1 Até 50,00 m <sup>2</sup>		0,52 por m <sup>2</sup>	
1.2 De 50,00 a 70,00 m <sup>2</sup>		0,57por m <sup>2</sup>	
1.3 Acima de 70,00 m <sup>2</sup>		0,59 por m <sup>2</sup>	
1.4 Atualização com qualquer metragem		4,25 por m <sup>2</sup>	
2 – EDIFICAÇÕES RESIDENCIAIS MISTA			
2.1 Até 50,00 m <sup>2</sup>		0,57 por m <sup>2</sup>	
2.2 De 50,00 a 70,00 m <sup>2</sup>		0,59 por m <sup>2</sup>	

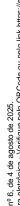






2.3 Acima de 70,00 m <sup>2</sup>	0,58 por m <sup>2</sup>
2.4 Atualização com qualquer metragem	5,32 por m <sup>2</sup>
3 – EDIFICAÇÕES RESIDENCIAIS EM ALVENARIA	
3.1 Até 50,00 m <sup>2</sup>	0,71 por m <sup>2</sup>
3.2 De 50,00 a 70,00 m <sup>2</sup>	0,74 por m <sup>2</sup>
3.3 Acima de 70,00 m <sup>2</sup>	0,80 por m <sup>2</sup>
3.4 Atualização com qualquer metragem	6,38 por m <sup>2</sup>
4 – EDIFICAÇÕES COMERCIAIS EM ALVENARIA	
4.1 Até 50,00 m2	0,74 por m <sup>2</sup>
4.2 De 50,00 a 100,00 m <sup>2</sup>	0,80 por m <sup>2</sup>
4.3 Acima de 100,00 m <sup>2</sup>	0,86 por m <sup>2</sup>
4.4 Atualização com qualquer metragem	4,25 por m <sup>2</sup>
5 – EDIFICAÇÕES INDUSTRIAIS EM ALVENARIA	
5.1 Até 100,00 m <sup>2</sup>	0,73 por m <sup>2</sup>
5.2 De 100,00 a 300,00 m <sup>2</sup>	0,59 por m <sup>2</sup>
5.3 Acima de 300,00 m <sup>2</sup>	0,57 por m <sup>2</sup>







5.4 Atualização com qualquer metragem	3,20 por m <sup>2</sup>		
6 – CONSTRUÇÕES EM ESTRUTURA METÁLICA			
6.1 Com qualquer metragem	0,57 por m <sup>2</sup>		
6.2 Atualização com qualquer metragem	4,25 por m <sup>2</sup>		
7 – AS EDIFICAÇÕES RESIDENCIAIS UNIFAMILIARES, SERÃO ISENTAS DAS TAXAS, DESDE QUE SEJA REQUERIDO À PREFEITURA E COMPROVADO QUE A CONSTRUÇÃO É DO TIPO MUTIRÃO (PROJETO POPULAR).			
OUTRAS OBRAS			
8 – Reformas sem aumento da área	0,50 por m <sup>2</sup>		
9 – Construções de toldos, marquises, tapumes, andaimes e semelhantes	1,96 por metro linear		
10 – Demolições de construções de qualquer tipo	0,50 por m <sup>2</sup>		
11 – Instalações de bombas de combustíveis, inclusive tanques e similares	171,17 por unidade		
12 – Subdivisões, incorporações, anotações, de área resultante	0,30 por m <sup>2</sup>		
13 – Vistorias p/ visto de conclusão ou vistoria parcial – habite-se: área vistoriada	0,52 por m <sup>2</sup>		
14 – ARRUAMENTOS			
14.1 Com área até 20.000 m <sup>2</sup> , excluídas as áreas destinadas a vias e logradouros públicos	0,13 por m <sup>2</sup>		



14.2 Com área superior a 20.000 m <sup>2</sup> , excluídas as áreas destinadas a vias e logradouros públicos	0,09 por m <sup>2</sup>		
15 – LOTEAMENTOS			
15.1 Com área até 20.000 m <sup>2</sup> , excluídas as áreas destinadas a vias e logradouros públicos que sejam doados ao Município	0,13por m <sup>2</sup>		
15.2 Com área superior a 20.000 m <sup>2</sup> , excluídas as áreas destinadas a vias e logradouros públicos que sejam doados ao Município	0,87 por m <sup>2</sup>		
16 – QUAISQUER OUTRAS OBRAS NÃO ESPECIFICADAS N/ TABELA			
16.1 Por metro linear	0,13		
6.2 Por metro quadrado	0,21		
ALÍQUOTAS PARA COBRANÇA DO IMPOSTO SOBRE SERVIO RELATIVO À EDIFICAÇÕES, A RAZÃO DE 3% (' DO VALOR DE MÃO DE OBRA	TRÊS POR CENTO)		
ESPECIFICAÇÕES	Valor de mão de obra fixo em Reais (R\$)		
1 – EDIFICAÇÕES RESIDENCIAIS EM MADEIRA			
1.1 Até 50,00 m <sup>2</sup>	3,35 por m <sup>2</sup>		





1.2 De 50,00 a 70,00 m <sup>2</sup>	4,26 por m <sup>2</sup>	
1.3 Acima de 70,00 m <sup>2</sup>	5,38 por m <sup>2</sup>	
1.4 Atualização com qualquer metragem	16,36 por m <sup>2</sup>	
2 – EDIFICAÇÕES RESIDENCIAIS MISTA		
2.1 Até 50,00 m <sup>2</sup>	3,80 por m <sup>2</sup>	
2.2 De 50,00 a 70,00 m <sup>2</sup>	5,78 por m <sup>2</sup>	
2.3 Acima de 70,00 m <sup>2</sup>	6,33 por m <sup>2</sup>	
2.4 Atualização com qualquer metragem	19,12 por m <sup>2</sup>	
3 – EDIFICAÇÕES RESIDENCIAIS EM ALVENARIA		
3.1 Até 50,00 m <sup>2</sup>	4,59 por m <sup>2</sup>	
3.2 De 50,00 a 70,00 m <sup>2</sup>	4,56 por m <sup>2</sup>	
3.3 Acima de 70,00 m <sup>2</sup>	8,65 por m <sup>2</sup>	
3.4 Atualização com qualquer metragem	26,07 por m <sup>2</sup>	
4 – EDIFICAÇÕES COMERCIAIS EM ALVENARIA		
4 – EDIFICAÇÕES COMERCIAIS EM ALVENARIA 4.1 Até 50,00 m2	4,02 por m <sup>2</sup>	





4.3 Acima de 100,00 m <sup>2</sup>	7,49 por m <sup>2</sup>
4.4 Atualização com qualquer metragem	22,56 por m <sup>2</sup>
5 – EDIFICAÇÕES INDUSTRIAIS EM ALVENARIA	
5.1 Até 100,00 m <sup>2</sup>	7,49 por m <sup>2</sup>
5.2 De 100,00 a 300,00 m <sup>2</sup>	6,44 por m <sup>2</sup>
5.3 Acima de 300,00 m <sup>2</sup>	4,93 por m <sup>2</sup>
5.4 Atualização com qualquer metragem	22,56 por m <sup>2</sup>
6 – CONSTRUÇÕES EM ESTRUTURA METÁLICA	
6.1 Com qualquer metragem	2,95 por m <sup>2</sup>
6.2 Atualização com qualquer metragem	8,85 por m <sup>2</sup>
7 – AS EDIFICAÇÕES RESIDENCIAIS UNIFAMILIARES, SERÃO ISENTAS DE ISSQN, DESDE QUE SEJA REQUERIDO À PREFEITURA E COMPROVADO QUE A CONSTRUÇÃO É DO TIPO MUTIRÃO (PROJETO POPULAR).	
8 – Reformas sem aumento da área	2,24 por m <sup>2</sup>
9 – Construções de toldos, marquises, tapumes, andaimes e semelhantes	8,60 por metro linear
10 – Demolições em geral	1,64 por m <sup>2</sup>







ALÍQUOTAS PARA COBRANÇA DE TAXA DE MANUTENÇÃO DOS CEMITÉRIOS MUNICIPAIS		
DESCRIÇÃO	Valor fixo em Reais (R\$)	
1 – SEPULTAMENTO COMUM		
1.1 INFANTIL	65,24	
1.2 ADULTO	83,33	
2 – CARNEIRO INFANTIL		
2.1 INUMAÇÃO	65,24	
2.2 TERRENO	421,32	
2.3 CONSTRUÇÃO	1.115,27	
TOTAL	1.601,83	
3 – CARNEIRO ADULTO SIMPLES		
3.1 INUMAÇÃO	175,74	
3.2 TERRENO	488,92	
3.3 CONSTRUÇÃO	1.728,26	
TOTAL	2.392,92	
4 – CARNEIRO ADULTO DUPLO		
4.1 INUMAÇÃO	207,30	
4.2 TERRENO	653,39	
4.3 CONSTRUÇÃO	3.086,70	
TOTAL	3.947,39	



5 – JAZIGO FAMILIAR			
5.1 INUMAÇÃO		709,71	
5.2 TERRENO C/ 6 GAV.		5.887,30	)
5.3 CONSTRUÇÃO		18.035,9	6
TOTAL		24.632,97	
6 – SERVIÇOS DIVERSOS			
6.1 EXUMAÇÃO ANTES DE 03 ANOS		326,69	
6.2 EXUMAÇÃO APÓS 03 ANOS		164,49	
6.3 ENTRADA DE OSSADA DO CEMITÉRIO		286,12	
6.4 SAÍDA DE OSSADA DO CEMITÉRIO		286,12	
6.5 TAMPAS DE CARNEIROS		76,59	
6.6 TAXA DE CONSTRUÇÃO		188,34	
6.7 ABERTURA DA SEPULTURA, CARNEIRO, JAZIGO OU MAUSOLÉU PARA NOVA INUMAÇÃO		286,12	
ALÍQUOTAS PARA COBRANÇA DE TAXA DE SERVIÇO DE ÁGUA E ESGOTO RESIDENCIAL			
Faixa de consumo mensal em M <sup>3</sup>	Valor fixo em Rea (R\$)	Excesso por M <sup>3</sup> em Reais (R\$)	% cobrado de esgoto sobre o valor do consumo de água

Página 27 de 30







Até 10 m <sup>3</sup>	30,47	-	70 %
De 11 à 20 m <sup>3</sup>	30,47	3,63 Acima de 10M <sup>3</sup>	70 %
De 21 à 30 m <sup>3</sup>	69,93	5,91 Acima de 20M <sup>3</sup>	70 %
De 31 à 50 m <sup>3</sup>	129,16	8,02 Acima de 30M <sup>3</sup>	70 %
Acima de 51 m <sup>3</sup>	298,84	9,81 Acima de 50M <sup>3</sup>	70 %
ALÍQUOTAS PARA COBRANÇA DE TAXA DE SERVIÇO DE ÁGUA E ESGOTO RESIDENCIAL/INDUSTRIAL			
Até 10 m <sup>3</sup>	48,73	-	70 %
De 11 à 20 m <sup>3</sup>	48,73	6,43 Acima de 10M <sup>3</sup>	70 %
Acima de 21 m <sup>3</sup>	112,40	8,60 Acima de 20M <sup>3</sup>	70 %

# ALÍQUOTAS PARA COBRANÇA DO IMPOSTO SOBRE A TRANSMISSÃO "INTERVIVOS" DE BENS IMÓVEIS – ITBI

1101		
DESCRIÇÃO	% sobre o Valor Venal	
Imóveis normais	2%	
Imóveis através do sistema financeiro de habitação	0,5% (meio por cento) sobre o valor financiado	
Imóveis através do sistema financeiro de habitação	2% sobre o valor não financiado	



#### Justificativa

#### I – LEGALIDADE

Com o presente, dirigimo-nos a essa Egrégia Câmara de Vereadores, com a finalidade de apresentar justificativa pelo incluso Projeto de Lei, que versa sobre: "Altera dispositivos da Lei Complementar nº 70, de 26 de dezembro de 2001, que Dispõe sobre o Sistema Tributário do Município de Sarandi 'Código Tributário' e dá outras providências."

A presente proposição encontra respaldo na autonomia política, administrativa e legislativa conferida ao Município de Sarandi pela Constituição Federal de 1988, especialmente nos artigos 18 e 30. O artigo 18 consagra o princípio federativo, reconhecendo os Municípios como entes autônomos da Federação. Já o artigo 30 estabelece:

Art. 30. Compete aos Municípios:

I – legislar sobre assuntos de interesse local;

II – suplementar a legislação federal e estadual no que couber.

No âmbito local, a Lei Orgânica do Município de Sarandi reforça essa competência legislativa. O artigo 5º dispõe:

Art. 5° Compete privativamente ao Município de Sarandi:

I – legislar sobre assuntos de interesse local;

II – suplementar a legislação federal e estadual no que couber.

Dessa forma, o projeto de lei em análise observa integralmente os requisitos legais e constitucionais, respeitando tanto a competência legislativa do Município quanto a iniciativa privativa do Poder Executivo, conferindo plena legalidade à proposição.

#### II – MÉRITO

O Presente Projeto de Lei, vem com o objetivo de atender os §§ 3º e 4º acrescido pela Lei Complementar 388/2021 à Lei Complementar 70/2021 de 26 de dezembro de 2021, nos quais diz que:

§ 3º A correção anual pelo IPCA -IBGA, será determinada mediante a aplicação da média verificada no período de 12 (doze) meses, compreendido entre setembro e agosto.

Página 29 de 30

§ 4º O Poder Executivo encaminhará anualmente ao Poder Legislativo, até o dia 15 (quinze) de setembro, Projeto de Lei para realizar a correção dos tributos para o exercício seguinte.

Desta forma estamos enviando o presente Projeto de Lei, para análise de Vossa Excelência e envio ao legislativo para aprovação.

Paço Municipal, 15 de setembro de 2025

# CARLOS ALBERTO DE PAULA JUNIOR Prefeito Municipal

#### **CERTIDÃO**

Certifico a criação do documento Projeto de Lei Complementar nº 654/2025, de autoria do Poder Executivo, cujo conteúdo foi protocolado nesta Casa de Leis via e-mail, para fins de numeração desta proposição legislativa e tramitação eletrônica.

Ana Júlia Magalhães Palma – Departamento legislativo – Assinado digitalmente

